

Médicos criticam atendimento

De acordo com Nelson Proença, plano dará apenas atenção básica à saúde

Estado — O PAS prevê a melhoria da atenção básica à saúde nas regiões dos moradores cadastrados. Eles terão opções? E quem fará o controle da qualidade do serviço prestado?

Hanashiro — A pessoa não precisa entrar obrigatoriamente na sua base. Vamos contratar uma empresa para fazer a avaliação da qualidade do atendimento e estabelecer convênios com entidades para que se façam, periodicamente, auditorias médicas. Um conselho gestor com a participação da comunidade local vai acompanhar a qualidade de atendimento. Poderá haver intervenção na cooperativa e até a rescisão do convênio.

Cutait — A obrigação da Prefeitura não é só dar atenção primária. Hoje, 70% dos atendimentos de urgência da cidade, por exemplo, são feitos nos hospitais da Prefeitura.

Quem vai pagar por isso? Existem recursos limitados. Se tiver uma cirurgia cardíaca para um doente lá de Pirituba, onde vai ser feita? E se precisar de uma tomografia? O relatório da Fipec, Estratégias de Monitoramento do Projeto-Piloto do PAS, faz ressalvas para os casos de maior complexidade: quanto maior o número de pacientes atendidos, menores os custos variáveis e maior excedente a ser distribuído entre os cooperados.

Proença — Vai ser apenas atenção básica à saúde. O Hospital de Pirituba-Perus, por exemplo, tem 60 leitos e não pode oferecer mais do que uma assistência elementar. Se o paciente precisar de uma cirurgia de maior porte, vai ouvir: "Agora o senhor vai procurar a Santa Casa ou o Hospital das Clínicas." Então ele vai procurar o SUS. A frustração dessa população vai ocorrer, na minha opi-

nião, depois do funcionamento do PAS, em um a dois meses.

Guedes — A Prefeitura de São Paulo tem um equipamento extremamente importante para a área metropolitana. Não queremos um serviço pobre para a população pobre, mas um serviço amplo e de acesso irrestrito. Há uma perseguição aos serviços públicos, mas toda vez que você toma um serviço próprio estatal e o entrega à iniciativa privada sem um adequado controle social, corre o risco de que ele deixe de ser essencialmente público.

Knoplich — Estamos entendendo que o PAS permiti-

rá ao médico internar nos hospitais públicos como se fosse numa clínica particular, como se fosse num hospital particular, instituindo aquilo que se chama hospital comunitário, que é a característica básica do sistema americano e do sistema europeu.

GUEDES:
'NÃO
QUEREMOS
SERVIÇO POBRE'